

LIÇÕES EUROPÉIAS EVIDENCIAM QUE CONTENÇÃO NADA TEM DE CONFLITANTE COM OBJETIVOS SOCIAIS

DIONÍSIO DIAS CARNEIRO

A inauguração, na terça-feira passada, do Banco Central Europeu, encarregado de administrar a nova moeda europeia, o euro, a partir de janeiro próximo, oferece mais uma oportunidade para reflexão acerca do futuro da estabilização brasileira assim como de seu valor como consenso político. Na cerimônia, chamou a atenção o conteúdo básico de todos os pronunciamentos das autoridades presentes, refletindo um consenso em torno de dois objetivos norteadores da ação do novo órgão: a necessidade de vincular o novo banco central ao objetivo monocrôico de manter a estabilidade de preços como valor permanente e a necessidade do apoio de uma política fiscal coerente como forma de garantir a viabilidade da política monetária voltada para o controle das pressões inflacionárias.

**Presidente não
pode ser árbitro
maroto de um
mundo dividido
em Dr. Jekyll e Mr.
Hyde**

Não ficaram na retórica, entretanto, tais compromissos com a estabilidade do nível geral de preços. Ao mesmo tempo, pôde ser distinguido, nos compromissos dos representantes dos membros da União Européia, o claro entendimento de que o combate ao desemprego não faz parte dos objetivos dos bancos centrais, devendo, sim, ser objeto de políticas estruturais. E a melhor forma de garantir o crescimento no longo prazo é a busca de políticas macroeconômicas estáveis, que não tumultuem a tomada de decisões quanto ao investimento produ-

tivo. As declarações recentes de Lionel Jospin reconhecendo a qualidade do crescimento norte-americano ecoaram em quase todo o mundo.

Tal consenso em torno do que pode ser buscado pela via da política monetária e fiscal é algo que merece a reflexão de políticos e economistas. Notadamente, pelo contraste que representa com respeito às crenças que durante muito tempo dominaram o receituário da política anticíclica, que ainda hoje encontramos de forma implícita ou explícita nas discussões acerca dos rumos da política macroeconômica brasileira. Contra esse pano de fundo, por exemplo, foram anunciados na semana passada aumentos de despesas públicas, apesar do agravamento do déficit fiscal que já foi observado neste início do ano e foi projetado para o final do ano. Voltaram às páginas dos jornais, no contexto

do debate pré-eleitoral, os conflitos entre os objetivos "sociais e políticos" e os objetivos econômicos. Abre-se espaço no noticiário para a primazia do "social", como se houvesse no governo os encarregados de fazer políticas anti-sociais – possivelmente as maldades, que o presidente se encarregou de classificar como desnecessárias, contidas no pacote de novembro – e outros encarregados de fazer o bem. É inevitável que haja opiniões conflitantes acerca das políticas a seguir, mas é imprescindível que não se faça uso desses conflitos para dificultar a compreensão do alcance das medi-

das restritivas tomadas em circunstâncias adversas, pois isso dificulta o correto entendimento, por parte da população, acerca das prioridades do governo brasileiro em matéria de política macroeconômica.

Volta a impressão de que há dois governos: um empenhado em obter resultados no curto prazo, visíveis e facilmente vendáveis ao eleitorado, mas de difícil compreensão para os investidores externos; e outro voltado para objetivos difíceis de vender ao povo, que são necessários apenas para satisfazer aos requisitos do ambiente externo. Essa dicotomia é falsa. Mesmo quando assume aspectos mais técnicos, não se trata de objetivos conflitantes e muito menos de estratégia política. Como paulatinamente os políticos de todos os países vão aprendendo, a exemplo dos trabalhistas ingleses e dos socialistas franceses, o grau de liberdade de que os governos em geral podem dispor em matéria de política monetária e fiscal costuma ser, na prática, muito menor do que creem os políticos. A não ser que estejam dispostos a promover a inflação como forma de acomodar dificuldades dos sistemas políticos para resolver disputas de interesses em torno de objetivos conflitantes. As lições européias recentes em torno dos requisitos para a unificação monetária evidenciaram que, longe de constituírem aspectos de preferências políticas e estilos pessoais, questões relativas à contenção do déficit público e de limitação ao endividamento do setor público são características de gestão responsável, que nada têm de conflitantes com objetivos sociais. Os principais obstáculos à promoção dos investimentos capa-

zes de garantir crescimento econômico sustentável e programas para melhorar a qualidade de vida da população são derivados do clima de incerteza criado por políticas macroeconômicas titubeantes, que dificultam a tomada de decisão dos investidores privados e prejudicam a previsibilidade da alocação dos recursos públicos.

As próximas eleições brasileiras oferecem ao governo do presidente Fernando Henrique uma excelente oportunidade para esclarecer o eleitorado que o objetivo do governo não é deixar o FMI satisfeito ou agradar aos investidores estrangeiros, mas manter os eleitores confiantes em que o País encontra o rumo do crescimento econômico com estabilidade.

O presidente não pode apresentar-se como um árbitro maroto de seus dois mundos antagônicos: um Dr. Jekyll, que promove o bem-estar, e um Mr. Hyde, que cuida da estabilidade. Caso contrário, ver-se-á acuado pela cobrança do impossível no debate eleitoral e terá mesmo de apelar para seu lado candoroso para resolver o imbróglio em que se terá metido. Pois, por melhores que sejam as intenções de ambos os lados, aquele que for encarregado de ganhar a eleição com o gasto social aumentará o déficit enquanto o encarregado de manter a estabilidade terá de refrear suas intenções malévolas até que passem as eleições. Será necessário insultar a inteligência dos mais de dois terços do eleitorado brasileiro que aprova a estabilidade como valor permanente?